

O REGIONAL

Termelétricas encarecem conta de luz

Com pouca água nos reservatórios de hidrelétricas, país continua recorrendo às usinas térmicas. Mais caras, elas devem elevar as tarifas em 2014 e 2015

24 de janeiro de 2014 em Geral - Comentário



O ano começa com uma perspectiva de novos aumentos na conta de luz por causa do uso constante de usinas termelétricas. Em 2013, o governo federal gastou R\$ 9,5 bilhões para cobrir o gasto extra com a geração térmica, que é mais cara que a hidrelétrica. Esse valor será repassado ao consumidor em parcelas que vão de 2014 a 2018.

Para piorar o cenário, o primeiro mês de 2014 vem registrando consumo recorde de energia e reservatórios baixos, o que não permite o desligamento das termelétricas e eleva o risco de uma alta ainda maior no preço em 2015. Os lagos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentram 70% da capacidade de armazenamento do país, estão em apenas 41% do nível máximo. O índice é maior que o de um ano atrás (34%), mas ainda preocupa.

O reajuste relacionado ao uso de térmicas em 2013, estimado entre 7% e 10%, será parcelado em cinco anos por decisão do governo – antes, ele era todo repassado no momento do reajuste anual de cada concessionária.

“Apesar dos aumentos previstos para este ano, a tendência é de que haja uma pressão de preços maior em 2015, depois das eleições”, observa Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

Para especialistas, o grande problema do modelo adotado pelo governo federal é que ele "mascara" o verdadeiro custo da energia. "Foi dito para o consumidor que graças a uma medida provisória a energia ficaria 20% mais barata, mas boa parte dessa redução já foi absorvida novamente", afirma Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

Quando reduziu as tarifas, um ano atrás, o governo não contava com um despacho tão elevado das térmicas. Para aliviar o caixa das distribuidoras, emitiu mais de R\$ 1,5 bilhão em títulos do Tesouro Nacional.

"O governo bancou a conta das termelétricas à vista e nós vamos pagar a suaves prestações. A política do governo me parece muito clara: eliminar qualquer risco de apagão, mesmo que seja a um preço bastante elevado, e evitar que esse custo impacte na inflação", avalia Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ.

O ano começa com uma perspectiva de novos aumentos na conta de luz por causa do uso constante de usinas termelétricas. Em 2013, o governo federal gastou R\$ 9,5 bilhões para cobrir o gasto extra com a geração térmica, que é mais cara que a hidrelétrica. Esse valor será repassado ao consumidor em parcelas que vão de 2014 a 2018.

Para piorar o cenário, o primeiro mês de 2014 vem registrando consumo recorde de energia e reservatórios baixos, o que não permite o desligamento das termelétricas e eleva o risco de uma alta ainda maior no preço em 2015. Os lagos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentram 70% da capacidade de armazenamento do país, estão em apenas 41% do nível máximo. O índice é maior que o de um ano atrás (34%), mas ainda preocupa.

O reajuste relacionado ao uso de térmicas em 2013, estimado entre 7% e 10%, será parcelado em cinco anos por decisão do governo – antes, ele era todo repassado no momento do reajuste anual de cada concessionária.

"Apesar dos aumentos previstos para este ano, a tendência é de que haja uma pressão de preços maior em 2015, depois das eleições", observa Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

Para especialistas, o grande problema do modelo adotado pelo governo federal é que ele "mascara" o verdadeiro custo da energia. "Foi dito para o consumidor que graças a uma medida provisória a energia ficaria 20% mais barata, mas boa parte dessa redução já foi absorvida novamente", afirma Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

Quando reduziu as tarifas, um ano atrás, o governo não contava com um despacho tão elevado das térmicas. Para aliviar o caixa das distribuidoras, emitiu mais de R\$ 1,5 bilhão em títulos do Tesouro Nacional.

"O governo bancou a conta das termelétricas à vista e nós vamos pagar a suaves prestações. A política do governo me parece muito clara: eliminar qualquer risco de apagão, mesmo que seja a um preço bastante elevado, e evitar que esse custo impacte na inflação", avalia Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ.